

As Implicações da Política Econômica Global na Tríplice Fronteira (BR, PY, AR) – a mobilidade humana e os desafios postos às instituições de ensino na vivência integracionista

The Implications of the Global Economic Policy on the Triple Frontier (BR, PY, AR) - human mobility and challenges to education institutions in integrationist experience

Margarete Frasson

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Brasil
marga.sti@hotmail.com

Resumo

O estudo busca analisar três instituições de ensino, na Tríplice Fronteira (BR, PY e AR), no período de 2015-2018, a partir da proposta de integração regional para a América Latina. Considera que a lógica da fronteira é regulada pelo Estado e pelo mercado. As entrevistas com roteiro semiestruturado, análise documental e foto-resposta demonstram que a mobilidade humana presente no local faz parte do ajuste global da economia flexível. O estudo conclui que os desafios impostos às instituições de ensino revelam as pressões exercidas em diversas esferas.

Palavras-chave: Integração. Mobilidade humana. Geopolítica. Tríplice Fronteira.

Abstract

The study analyzes three educational institutions in the Triple Frontier (BR, PY and AR), from 2016 to 2018, based on the regional integration for Latin America proposal. It is considered that the state and the market regulate the frontier logic. Interviews with a semi-structured questionnaire, documental analysis and photo-response show that human mobility on this place is part of the overall adjustment of the flexible economy. The study concludes that the challenges posed to educational institutions reveal the pressure exerted in various spheres.

Keywords: Integration. Human mobility. Geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

A fronteira como *fato político*, permite aos governos dos Estados Nacionais estabelecerem normas e leis de forma a definirem as medidas (limites) do movimento das pessoas, dos bens, dos produtos e dos serviços. A porosidade ali presente não se manifesta da mesma forma para o capital e para as pessoas. Para o capital constitui-se em mecanismo de proteção e de acumulação, que é o fator mais impositivo da organização humana local. Esse processo interfere no papel social da escola, visto que a política econômica busca estruturar e organizar a atuação dos governantes e a conduta dos cidadãos. Essa racionalidade econômica se encontra presente nas instituições de ensino pela proposta curricular do Estado que vigora em seu interior.

Desse modo, o estudo analisa três instituições de ensino da Tríplice Fronteira: o Colégio Estadual Barão do Rio Branco¹ localizado em Foz do Iguaçu-Brasil, a Universidade Internacional Latino Americana, UNILA², situada em Foz do Iguaçu-Brasil e o Centro Educacional Sagrada Família de Ciudad del Este-Paraguai. As marcas da mobilidade para o trabalho e para a formação em função do capital, encontram-se presentes nessas três instituições de ensino públicas, o que permite discutir a temática da integração regional.

Pelo viés da dinâmica geográfica da Tríplice Fronteira (BR, PY e AR) nas cidades de Foz do Iguaçu-Brasil, Puerto Iguazú-Argentina³ e Ciudad del Este-Paraguai, este estudo⁴ busca examinar o mecanismo das fronteiras político-jurídico-econômicas em função das categorias de análise capital e trabalho. Nessa conjuntura vão analisados os desafios impostos às instituições de ensino, como consequência das implicações da política econômica global nessa região a partir da mobilidade humana⁵.

O foco integracionista entre os países sul-americanos começou a ganhar corpo na segunda metade da década de 1980, quando enfraqueceu a Política da Guerra Fria em termos internacionais e, principalmente, na década de 1990, momento em que a Política Econômica Neoliberal passou a ganhar espaço junto aos países da região por influência das Grandes Potências em parceria com os governos sul-americanos.

Nesse contexto, na América Latina, com o protagonismo dos governos ditos progressistas, iniciou-se a constituição da segunda fase das políticas do bloco econômico Mercosul. Essa região começou então a adotar estratégias de desenvolvimento integracionista, afastando-se da política hegemônica dos Estados Unidos. A agenda desses países passou a ser formada por um conjunto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e à emancipação social. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana surgiu nesta conjuntura, pensada como estratégia necessária para atender a essas duas frentes de políticas públicas.

A coleta dos dados para o presente estudo foi realizada mediante, (i) análise de documentos - Diretrizes do Setor Educacional do Mercosul SEM, normativas das mantenedoras das instituições de ensino, Leis, Decretos, Deliberações, Projeto Político Pedagógico das instituições

¹ O Colégio Estadual Barão do Rio Branco e o Centro Educacional Sagrada fazem parte de um conjunto de 26 instituições de ensino públicas e privadas pesquisadas na proposta do Doutorado.

² O presidente Luiz Inácio da Silva propôs a sua criação em 2007, no entanto, foi fundada somente em janeiro de 2010 na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Foi a décima terceira universidade criada em seu governo.

³ Entre as três cidades da Tríplice Fronteira, Puerto Iguazú-Argentina, por estar situada em área de segurança nacional, daquele país, apresenta baixo grau de integração regional. Isso se manifesta na mobilidade humana de alunos e pais. Fato que justifica a ausência de instituição de ensino argentina no debate deste texto.

⁴ O presente texto, com alterações, faz parte da tese de doutorado defendida, em 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual de Maringá – UEM, sob a orientação do professor Doutor Márcio Mendes Rocha.

⁵ A mobilidade humana neste texto é entendida de acordo com Gaudemar (1977), como mobilidade forçada, ou seja, na sua relação com 'valor/trabalho', conceitos desenvolvidos por Marx. Assim, "Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada" (GAUDEMAR, 1977, p.17 grifo do autor).

de ensino, Prontuário de alunos, Proposta Pedagógica Curricular, entre outros, que normatizam o campo de estudo, das escolas e da região; (ii) pela foto-resposta - trata-se (BOAL, 1977), de uma técnica utilizada como forma de envolver o sujeito da pesquisa na construção da própria pesquisa. Entrega-se a ele um dos meios utilizados nessa produção, ou seja, neste caso específico, a entrega da câmera fotográfica ao sujeito pesquisado, para que responda à pergunta por meio de uma fotografia como expressão materializada ao que significa mobilidade presente no espaço ao sujeito; (iii) coleta de entrevistas - Por meio da abordagem metodológica qualitativa, na pesquisa original foram coletadas 57 entrevistas (trinta e um alunos, nove profissionais da equipe pedagógica/administrativa, nove professores de Geografia e oito pais) – Alguns fragmentos fazem parte deste artigo. As entrevistas foram realizadas com roteiro semiestruturado, ou seja, com algumas questões deixadas para serem formuladas no ato de cada entrevista a depender do andamento da atividade de entrevistar; (iv) coleta de dados por meio de formulário - pelo qual foram identificados alunos e familiares em mobilidade, a partir da pesquisa de campo quantitativa com a população amostral que correspondia a 1626 alunos do ensino médio dos 30227 estudantes matriculados na Tríplice Fronteira em 2015.

Tabela 1: População Amostral.

CIDADE	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		INSTITUIÇÕES PRIVADAS		TOTAL	
	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
Puerto Iguazú	2605	153	642	96	3247	249
Ciudad del Este	7413	330	4476	352	11889	682
Foz do Iguaçu	11900	370	3191	325	15091	695
Total	21918	853	8309	773	30227	1626

Fonte: Cálculo efetuado por Barreto, maio 2016. Org. Frasson, 2016.

Desse modo, no contexto do cálculo amostral com base em Albuquerque (2012) e em Bilhalva (2012), indica-se o número de alunos dessas instituições públicas e privadas em separado, e o equivalente a cada uma das cidades no total considerado amostral (Tabela 1).

Assim, o estudo discute inicialmente a geopolítica e a lógica da mobilidade humana na Tríplice Fronteira e, na sequência, analisa as três instituições de ensino, citadas anteriormente, discutindo as questões da problemática fronteiriça em três itens: (i) a escola na porosidade fronteiriça, resistência e conformação; (ii) a vivência e convivência integracionista na Tríplice Fronteira e a UNILA; (iii) A mobilidade física dos pais dos estudantes e os desafios postos à escola.

2. A GEOPOLÍTICA E A LÓGICA DA MOBILIDADE HUMANA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Até a década de 1990, essa região era conhecida como "Três Fronteiras". O termo "Tríplice Fronteira" passou a ser adotado oficialmente em março de 1996 pelos governos do Brasil, da

Argentina e do Paraguai. Essa expressão se configurou no vocabulário local a partir da desconfiança dos Estados Unidos sobre eventual presença de terroristas islâmicos na região, isso após atentados na embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e na Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas em 1994 (RABOSSO, 2004).

Anteriormente a 1990, sob a influência do pan-americanismo sobre a região, foi criada, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL. Seu objetivo era o de incentivar a cooperação econômica entre os seus Estados Membros. Após a criação da CEPAL, em 1960 foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, que foi substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração – ALADI. Este último organismo tinha como meta final a constituição de um mercado comum regional a partir da conformação de uma área de livre comércio. Dessa maneira, nessa constituição de um mercado comum regional, foram integradas obras como a Ponte Internacional da Amizade, a Ponte da Fraternidade e a Itaipu⁶ na Tríplice Fronteira. Como se sabe, essas estratégias políticas passaram a ter efeitos determinantes sobre a população dessa região, e um forte deslocamento populacional.

De acordo com Vieira (2015), os países membros da ALADI decidiram, em 1986, realizar uma Rodada Regional de Negociações Comerciais, o que resultou na Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, em março de 1987, na qual ficaram aprovadas medidas específicas em diversos campos para implementar um Programa de Recuperação e Expansão do Comércio – PREC e de redução dos desequilíbrios comerciais. Embora com a experiência de dinamizar o procedimento de integração e de diversificar seu campo de atuação, a ALADI perdeu valor nos anos seguintes devido ao fato de participantes optarem por novos esquemas de integração, como foi o caso dos países que formaram o Mercosul.

Corroborar-se aqui o entendimento de que as origens do Mercosul remontam ao processo de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina iniciado ainda no final da década de 1970 com a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus entre Brasil, Argentina e Paraguai em 1979, numa política econômica de controle antissoviético e com o apoio dos Estados Unidos. Nesse momento (década de 1970), o mundo evidenciava a crise do petróleo e começava a se espalhar a política econômica neoliberal. Nessa conjuntura, o Mercosul foi criado em 1991, oficializado pelo Tratado de Assunção e reconhecido internacionalmente enquanto bloco econômico em 1995.

As reformas neoliberais que chegaram ao Cone Sul na década de 1990 seguiram as propostas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI, solidificadas no Consenso de Washington. O ajuste estrutural que ocorreu nessa década (1990) apresentou-se como um jeito

⁶ A Itaipu, no Brasil, vai abastecer com energia elétrica a Região Sudeste, onde se instalam empresas multinacionais.

novo de impor as “[...] políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, apresentando como proposta a diminuição do déficit fiscal com a redução dos gastos públicos. Tem, como ideia central, as forças livres do mercado, sem a interferência do Estado” (NEVES, 2003, p. 19).

No espaço organizado pelo domínio público frente ao discurso e frente à ação, o sistema de Estados Nações, sob o ponto de vista jurídico, mantém as prerrogativas de soberania, enquanto o poder fixado pelas fronteiras nacionais é cada vez mais limitado pela política de poder das grandes corporações e das altas finanças (MACHADO, 2008).

A partir do início dos anos 2000, de acordo com Araújo, Zanella e Ferrari Filho (2015), passou a haver uma mudança político-ideológica da América do Sul, mudança caracterizada pela chegada ao poder de vários governos progressistas⁷. Esses governos, a partir das sucessivas crises financeiras e cambiais no final dos anos 1990, começaram a substituir a *agenda da liberalização* pela chamada *agenda de desenvolvimento*. A ALADI passou então a ser substituída pela União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, que é um bloco que visa fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul. A UNASUL privilegia um modelo de *desenvolvimento para dentro* na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de *desenvolvimento para fora*. Os governos progressistas priorizam, assim, questões relacionadas ao desenvolvimento nacional, como um maior espaço para a manipulação das políticas macroeconômicas e para a implementação de políticas industriais

Para diminuir as disparidades social e econômica, os países signatários do Mercosul, realizaram estudos para melhor conhecimento dessas condições em seus espaços territoriais. Dessa maneira, esses países constituíram o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM⁸, que entrou em operação em janeiro de 2007. Esse organismo do bloco econômico Mercosul visava diminuir as desigualdades identificadas no interior de cada Estado Nação, comprometendo-se, assim, com o desenvolvimento regional.

O montante total anual da contribuição dos Estados Partes ao FOCEM correspondia a cem milhões de dólares, integrado conforme as seguintes porcentagens, estabelecidas tendo em vista a média histórica do PIB do Mercosul: Argentina – 27%; Brasil – 70%; Paraguai – 1%; Uruguai – 2% (MERCOSUL, 2009, p. 13).

Os recursos do FOCEM têm sido empregados em programas para a melhoria em setores como habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e aspectos sanitários. Considera-se que esses países não romperam com a política de desenvolvimento voltada para fora, ou seja, continuam a atender às políticas hegemônicas do capital em suas

⁷ No âmbito do Mercosul, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil (2004 - 2015), Néstor Carlos Kirchner e Cristina na Argentina (2003 - 2015) e Tabaré Ramón Vázquez Rosas e José Alberto Mujica Cordano, (período de 2005 até na data atual) no Uruguai. No Paraguai Fernando Lugo, (2008- 2012).

⁸ Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercosul-focem>>.

premissas básicas de *produzir e consumir*. Mesmo assim, por meio de políticas públicas, esse fundo tem permitido tirar da pobreza parcela significativa da população que se encontrava na linha extrema de vida, ou seja, tem dado a elas condições mínimas para cuidar da saúde, procurar ter um corpo nutrido, adquirir moradia, trabalho digno, conseguir acesso à educação e impedir a mortalidade infantil.

Quanto ao FOCEM, alguns programas se tornaram inexecutáveis por falta de pessoas com formação para acompanhar o seu desenvolvimento no interior dos seus territórios. Esse fato conduziu o bloco econômico a adotar uma política de incentivo à mobilidade de profissionais e de estudantes para além das fronteiras nacionais.

Diante dessa prerrogativa, corrobora-se o entendimento de que a mobilidade forçada, isto é, a mobilidade centrada no trabalho, ao ser incentivada pelo Mercosul, constitui-se como “[...] trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista. Neste caso, [...] a economia política surge, ao lado da justiça, da polícia, da educação, de toda a administração, como ciência do enquadramento” (GAUDEMAR, 1977, p. 51). Enquanto ciência do enquadramento, essa economia política se encontrou bastante distante de uma política educacional de integração voltada aos direitos humanos do Estado Democrático de Direito.

Brasil, Paraguai e Argentina são Estados considerados subdesenvolvidos no contexto do sistema econômico e político mundial, pois apresentam grandes disparidades sociais e econômicas no interior de seus territórios. Na dinâmica do aparente caos, trata-se de “[...] todo um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios [...] que não se pode resistir às forças econômicas” (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Essa construção discursiva, de que não se pode resistir às forças econômicas, é anunciada pelo poder da mídia, controlada pelo poder do capital e viabilizada pelo poder do Estado. Tal racionalidade presente na Tríplice Fronteira, ao ser formada por países que têm em comum trajetórias de exploração e de dependência instituídas pelo poder hegemônico, esses países, numa política de acordos mútuos entre si, desconsideram o cidadão, pois se utilizam das políticas públicas visando atender aos interesses desse poder hegemônico.

A presença de Ciudad del Este como centro comercial semelhante a Miami e a Hong Kong com – um mercado que atende brasileiros e argentinos –, fortalece o discurso político-econômico sobre o processo de *globalização inevitável*. Essa concepção (BORON, 2001) nega que exista uma assimetria radical na ordem mundial atual e a ilusão formalista de que existe uma espécie de *harmonia natural* entre as nações.

As assimetrias entre países têm como consequência o processo de mobilidade humana – mobilidade em suas diferentes ordens, a física, a centrada no trabalho e a social (ROCHA, 1998). A mobilidade humana centrada no trabalho ocorre para regiões onde existem possibilidades de

ocupação laboral. De acordo com esta pesquisa, essa mobilidade atinge uma parcela significativa de alunos do ensino médio de Ciudad del Este-Paraguai. Trata-se de alunos que se deparam com a situação de ausência dos pais, pois estes se encontram trabalhando em países da Europa, principalmente na Espanha. Assunto a ser discutido no terceiro item deste artigo.

Em 8 de novembro de 2002, ainda no período dos governos neoliberais, na cidade de Salvador – Bahia, em Reunião dos Ministros do Interior – RMI do Mercosul, foi assinado o *Acordo de Livre Trânsito e Residência* para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, mas somente durante os governos progressistas que esse acordo passou a ser assumido. Entre Brasil e Argentina em 2005, com Uruguai em 2006 e, finalmente, para todo o bloco em novembro de 2009, com o Paraguai, que havia assinado, mas não concluído os trâmites para sua vigência.

Evidencia-se que o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, em 16 de dezembro de 2008, assinaram a Diretiva 2008/115/CE, documento que normatiza o retorno dos nacionais de países terceiros em situação irregular. Esses cidadãos em mobilidade, considerados *ilegais* nos espaços dos países desenvolvidos, de acordo com a política econômica em vigor, podem não ser úteis ao sistema produtivo desses países, mas podem ser vantajosos ao sistema em seus espaços de origem para promover o consumo dos produtos fabricados pela economia de ponta.

A legislação dos países do Mercosul, além de regularizar a mobilidade do migrante em situação irregular, segundo o acordo de residência, deverá garantir-lhes que não serão presos e deportados, portanto, obtendo acesso a direitos independentemente da nacionalidade.

Busca-se, então, em função desse Acordo, entender a mobilidade nos países da Tríplice Fronteira. Os dados empíricos evidenciam essa mobilidade em função da acomodação legislativa nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos. O gráfico da Figura 1 mostra que, no período de 2005 a 2008, houve a maior procura por revalidação de estudos cursados no exterior no município de Foz do Iguaçu. Trata-se do período quando os países do Mercosul assumiram o *Acordo de Livre Trânsito e Residência* e o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia também assinaram a chamada Diretiva de Retorno.

No Brasil, a respeito do Acordo de Residência, o Congresso Nacional o aprovou por meio do Decreto Legislativo nº 925, de 15 setembro de 2005. O Acordo entrou em vigor no Brasil, no plano jurídico externo, em 28 de julho de 2009, e foi normatizado pelo Decreto nº 9.975, promulgado pela Casa Civil da Presidência da República em 7 de outubro de 2009. A proposta de lei de migração tramita no Congresso Nacional Brasileiro desde 2013, e foi aprovada⁹ em 24 de maio de 2017, como Lei Federal nº 13.445/2017. Ela substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e descomplexificou o processo para a legalização de documentos de permanência, de acesso a

⁹ Com vetos de vários artigos.

serviços públicos e ao mercado de trabalho. Essa lei rejeita a discriminação e a xenofobia, institucionaliza o visto humanitário e trata dos brasileiros que vivem no exterior.

No Paraguai, é a Lei Geral de Migração nº 978/1996 que regula a migração de estrangeiros e a emigração e repatriamento de nacionais, bem como direciona o fluxo de população e a força de trabalho de que o país necessita. Essa lei estabelece que o Ministério do Interior é o órgão responsável pela aplicação da política migratória no país. Esse ministério se utiliza de um compêndio conhecido como *Digesto Normativo de Migraciones*, estruturado em 2014. Trata-se de uma compilação que contém normas legais básicas e normas complementares e os acordos internacionais. O documento mais recente sobre política migratória é o Decreto 4483, de 27 de novembro de 2015.

Na Argentina, a Lei nº 25871, de 20 janeiro de 2004, sancionada em 17 de dezembro de 2003 e promulgada em 20 de janeiro de 2004, passou por reformulação pelo Decreto nº 616/2010, do governo de Cristina Fernández de Kirchner. Além dessa, mais uma alteração foi incluída mediante o Decreto nº 70/2017, assinado pelo presidente Mauricio Macri.

Considera-se, nesse sentido, que a mobilidade para os países subdesenvolvidos se dá em função da crise que abala a economia dos países desenvolvidos, onde o controle migratório para a entrada e a deportação se fazem presentes. E, em função do acordo assinado entre os países do Mercosul, em 2002, esses países passam a complementar as medidas para concluir os trâmites para a oficialização dessa lei, com o intuito de regularizar a vida do sujeito em mobilidade.

Desse modo, no contexto do cálculo amostral com base em Albuquerque (2012) e em Bilhalva (2012), indica-se o número de alunos dessas instituições públicas e privadas em separado, e o equivalente a cada uma das cidades no total considerado amostral (Tabela 1).

Assim, o estudo discute inicialmente a geopolítica e a lógica da mobilidade humana na Tríplice Fronteira e, na sequência, analisa as três instituições de ensino, citadas anteriormente, discutindo as questões da problemática fronteiriça em três itens: (i) a escola na porosidade fronteiriça, resistência e conformação; (ii) a vivência e convivência integracionista na Tríplice Fronteira e a UNILA; (iii) A mobilidade física dos pais dos estudantes e os desafios postos à escola.

3. A ESCOLA NA POROSIDADE FRONTEIRIÇA, RESISTÊNCIA E CONFORMAÇÃO

O estado do Paraná, na década de 1990, no governo de Jaime Lerner, adotou políticas neoliberais para a educação ao seguir as determinações do Banco Mundial e de outros organismos internacionais em atendimento aos interesses do capital. Esse período foi caracterizado pela precarização das relações de trabalho. No interior das escolas, com a contratação de professores temporários e por uma organização pedagógica inspirada nas teorias de administração da *Qualidade*

Total (escola como empresa), considera-se Silva (2015, p.17) “[...] A terceirização cria carcaças de empresas [...] e cria espantalhos de trabalhadores utilizados tão somente como meio de aumento do lucro das empresas sem qualquer ganho concreto para eles próprios ou para a sociedade”.

É neste contexto que ocorre a luta pela permanência do Curso de Formação Docente, na década de 1990, caracterizou-se como resistência a práticas neoliberais e a revalidação de estudos em nível médio realizados no exterior foi entendida como apoio à mobilidade humana promovida pelo capital, em função da política econômica integracionista desenvolvida na região a partir da assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus entre Brasil, Argentina e Paraguai em 1979, acordo a partir do qual, posteriormente, ocorreu a formação do Mercosul.

O diretor do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, de Foz do Iguaçu, relatou que a identidade dessa instituição é "ser política": “Esta escola tem a característica de ser política. Ela tem um posicionamento forte. Aqui se tem o compromisso de formar alunos críticos no Curso de Formação Docente” (Diretor – Foz do Iguaçu, out. 2016).

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico desse Colégio de Foz do Iguaçu, o governo do Paraná determinara o fechamento do Curso de Magistério que funcionava naquele estabelecimento de ensino, pois o que vinha ocorrendo no estado o Paraná era a privatização dos cursos profissionalizantes em geral:

Assim, em outubro de 1996, a SEED-PR ordena o fechamento das matrículas de todos os cursos profissionalizantes, inclusive do Magistério. A SEED-PR propõe (impõe) o PROEM - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, que previa a estruturação do Ensino Profissionalizante como Pós-Médio, [...]. Portanto, não seria mais possível fazer um curso profissionalizante e de Ensino Médio ao mesmo tempo, o que não é o caso do Magistério, garantido pela sua legislação específica (Delib. 02/90-CEE). [...] criou-se a PARANATEC - Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico do Paraná, [...]. (PARANÁ, 2006, p. 20).

A comunidade escolar se mobilizou pela luta em defesa da permanência da oferta desse curso de forma pública. Consta desse documento – o PPP desse mencionado colégio – que a comunidade realizou várias manifestações, buscou apoio junto a segmentos significativos da sociedade e conseguiu a continuidade do Curso de Magistério.

Assim, essa instituição de ensino, ao apresentar marcas de resistência e de conformação, esse seu viés permite a esta análise, de conduzir o debate sobre sua dinâmica, considerando o que afirma Certeau (2012, p. 238, grifos do autor): “[...] com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se *imprimir* pelo texto e como o texto que lhe é imposto”.

Em 2003, o Curso de Magistério, como Curso de Formação Docente, foi reconhecido pela Resolução nº 3938/2003 (Portal Educacional – SEED/PR). O governo do estado autorizou a continuidade da oferta do Curso Formação de Docentes em nível médio em 2004, juntamente com

outros 14 colégios que haviam resistido ao fechamento desse curso. Em 2006, o estado do Paraná totalizou 113 colégios com oferta do curso na sua rede pública.

Quanto aos alunos do Curso de Formação Docente, verifica-se uma *micromobilidade* de estudantes, que partem de diferentes bairros periféricos e se mobilizam em direção à área central para estudar nesse Colégio público, por ser o único do município a ofertar essa modalidade em nível médio. Quanto a isso, o diretor assim se posiciona:

Acho que a nossa marca é contribuir para a educação. Se você fizer uma experiência de passar pelas escolas do Fundamental I, você vai ver um dedinho, uma marquilha de um aluno egresso nosso. Nós espalhamos educadores pela cidade toda. O nosso grande legado é esse, formar educadores. (Diretor – Foz do Iguaçu, out. 2016).

A escola é um tipo de instituição cuja finalidade é formar a individualidade do aluno para tornar possível produzir e reproduzir o conjunto das relações sociais sob a lógica do capital. O capital, ao longo de sua trajetória, articulou a força de trabalho, o consumo e a educação. Criou princípios educativos gerais utilizados pelas instituições de ensino para a aceitação da própria forma de sociabilidade capitalista. Atualmente, nessa sociabilidade fica inserida a mobilidade humana, impulsionada pela mobilidade do capital em seu processo de acumulação.

O Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio e Técnico foi discutido em Assunção, no Paraguai, em 28 de julho de 1995, e em Córdoba, na Argentina, em 20 de julho de 2006. A partir desse protocolo do bloco econômico Mercosul, o Estado Nação dá a ele a conotação de lei, que passa a ser adotada no local, tendo em vista que cada país possui a sua própria legislação, princípio de autonomia do Estado Nação. Desse modo, no Brasil, a sua promulgação ocorreu por meio do Decreto nº 2689 e o de nº 2.726, de julho e agosto de 1998, respectivamente. No Paraguai ocorreu pela Resolução nº 953, de abril de 1995. Na Argentina ocorreu pela Lei nº 24.839, promulgada em julho de 1997.

Com base nessa legislação, o estado do Paraná emitiu a Instrução nº 10/2010 – SEED/DAE/CDE (Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Administração Escolar, Coordenadoria de Documentação Escolar), que passou a orientar a revalidação de estudos realizados no estrangeiro. O Colégio Barão do Rio Branco, de Foz do Iguaçu-Brasil, que já havia iniciado esse processo três anos antes, também por meio de instrução normativa, inseriu, em seu Projeto Político-Pedagógico, o processo de revalidação, que consiste em prova composta de questões objetivas (múltipla escolha), prova na qual o solicitante da revalidação deverá obter nota 6,0 para ser aprovado.

A partir de 1997, segundo o diretor do colégio, a instituição passou a ser responsável, no município, pelo processo de revalidação de estudos. O gráfico da Figura 1 mostra os estudos cursados no exterior e revalidados na cidade de Foz do Iguaçu, no período de 1997 a 2016.

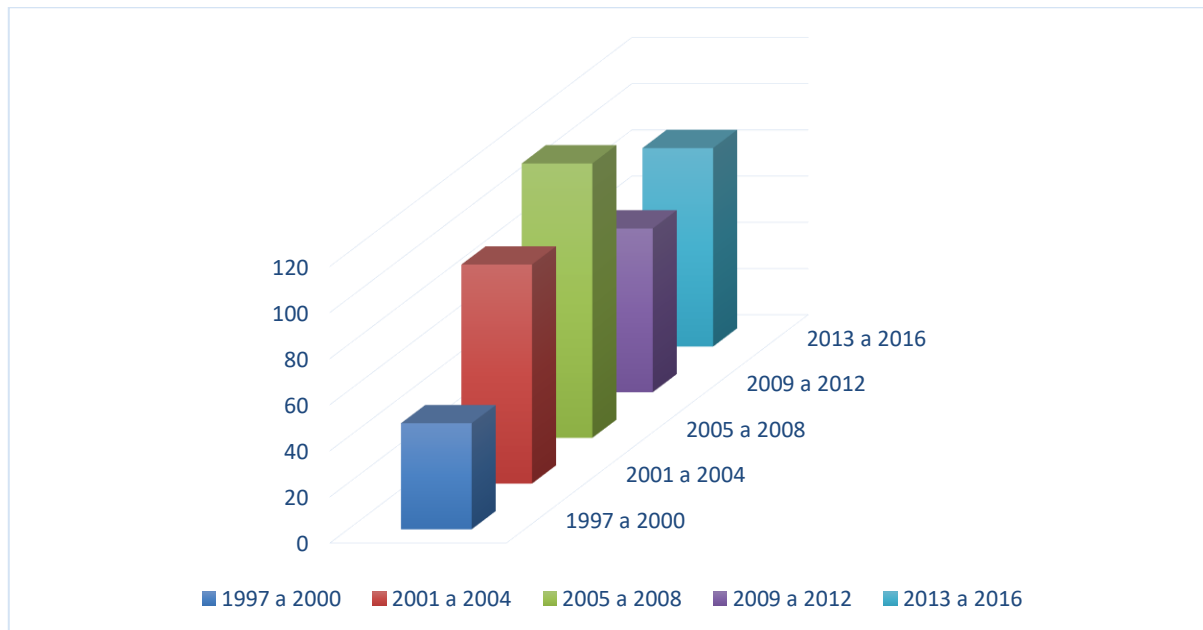


Figura 1 – Revalidação realizada em Foz do Iguaçu de Estudos Cursados em Diversos Países - Nível Médio.
Fonte: Pesquisa de campo, fev. 2017. Org. Autora, 2017.

De acordo com o diretor, “Pelo menos duas vezes por ano recebemos estrangeiros para revalidar os estudos em nível médio (Figura 1). Os nossos professores fazem a prova, nós corrigimos e damos a certificação de revalidação” (Diretor – Foz do Iguaçu, out. 2016). Hoje, de acordo com ele, o Colégio é referência na Tríplice Fronteira nessa área.

O Brasil, desde que se iniciou o discurso de integração com a formação do Bloco Econômico Mercosul, tem sido protagonista dentro dessa política. Na América Latina, com os governos progressistas, no início do século XXI, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no Brasil há um novo redirecionamento das políticas do Mercosul para o desenvolvimento regional.

Com a política global na qual se encontram inseridos os países da Tríplice Fronteira, ampliaram-se as redes de relações sociais, políticas e econômicas entre os países do Mercosul, bem como, para países de outros continentes. Embora o município de Foz do Iguaçu, de acordo com os dados censitários, tenha perdido população no período de 2000-2010, a vinda de estrangeiros e o retorno de brasileiros estão presentes nas revalidações de estudos.

Desse modo, no período de 1997 a 2016, em 18 anos, 417 pessoas revalidaram, na cidade de Foz do Iguaçu, estudos realizados em 40 países estrangeiros, conforme mostram as figuras 1 e 2.

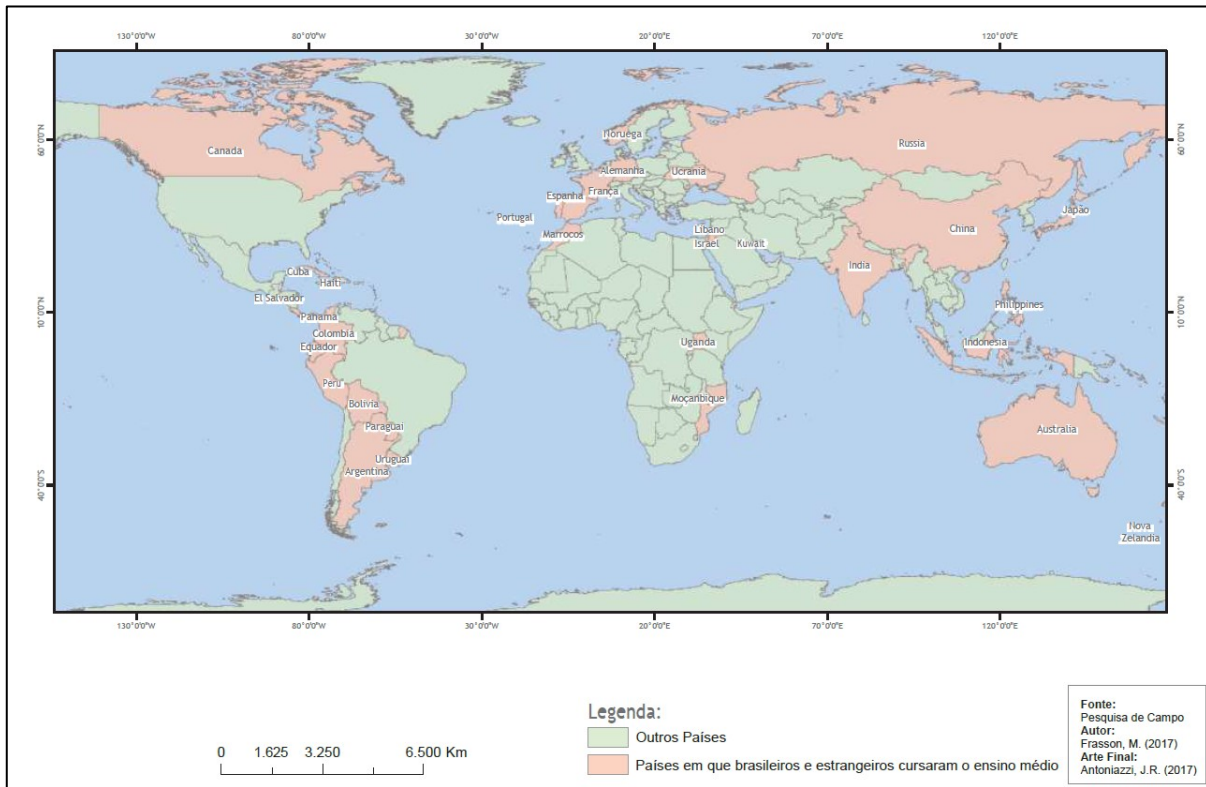


Figura 2 - Revalidação de Estudos Cursados por Brasileiros no Exterior
Fonte: Pesquisa de campo, fev. 2017.

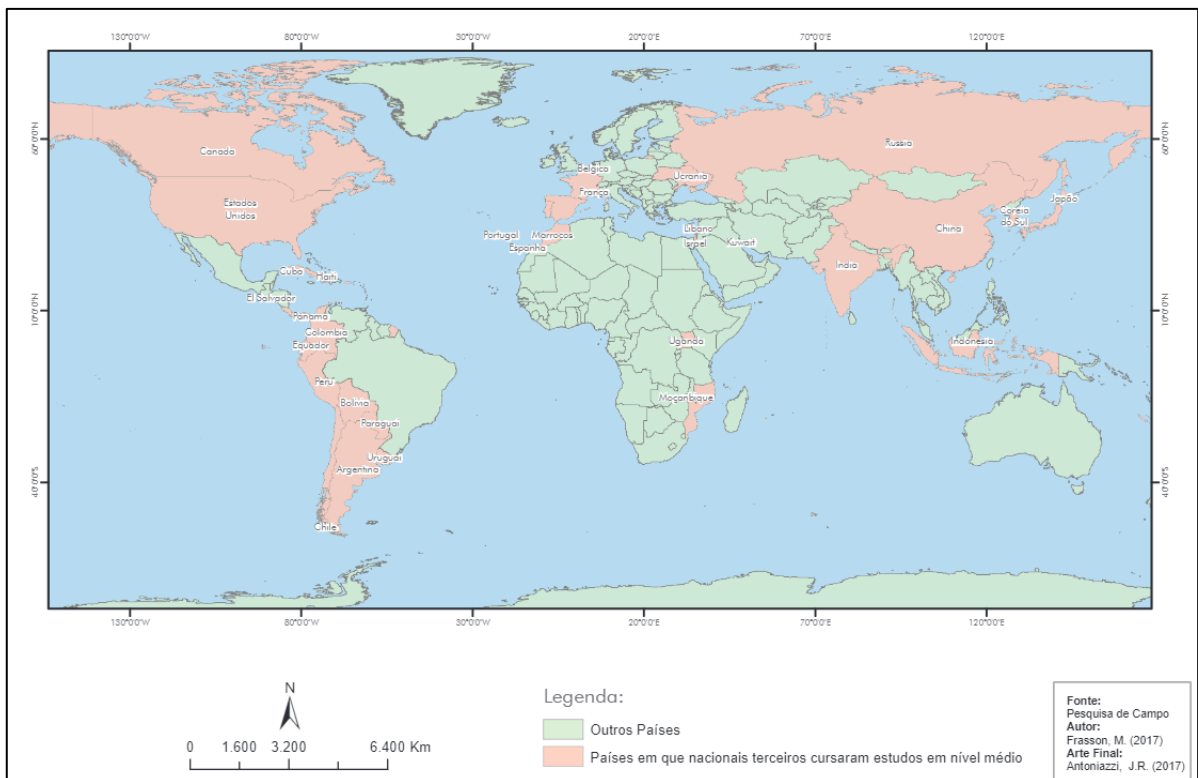


Figura 3 - Revalidação de Estudos por Estrangeiros no Brasil.
Fonte: Pesquisa de campo, fev. 2017. Org.

Nesse caso, os próprios trabalhadores e pequenos investidores e/ou seus filhos apresentam a necessidade de revalidação dos estudos realizados nos países de origem para comprovar escolaridade de forma a exercer suas atividades nesse espaço de chegada e/ou a dar continuidade aos estudos realizados no seu país de origem localizados em diferentes lugares do mundo. Sobre esses estudos cursados em 40 países diferentes, revalidados no Brasil, um total de 153 brasileiros, que tinham realizado estudos em 20 países diferentes, revalidaram esses estudos em nível médio na cidade de Foz do Iguaçu. Além desses, 264 estrangeiros revalidaram no Brasil os estudos realizados em 33 países, Figuras 2 e 3.

Cabe informar, quanto à revalidação de estudos cursados em país estrangeiro, quando revalidados em um país signatário, a burocracia dos trâmites dos documentos é menos intensa, conforme relata um aluno matriculado em escola privada em Foz do Iguaçu:

[...] tenho dupla nacionalidade [...]. Uma nacionalidade na Europa e uma na América Latina, para facilitar os trâmites se eu viesse a morar em outro país. Para estudar no Brasil me ajudou muito a nacionalidade argentina, na hora da transferência escolar. (Estudante – Foz do Iguaçu, out. 2016).

Os alunos estrangeiros que ingressam na UNILA realizam essa prova de revalidação. Os aprovados no teste recebem um certificado de revalidação de estudos realizados no exterior, documento obrigatório para poder concluir o ensino universitário no Brasil por parte do aluno que estudou no estrangeiro. Caso a formação não seja em ensino técnico, poderão ser dispensados da revalidação de certificados os estudantes de Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Venezuela, Peru, Colômbia e Equador. Em função do Protocolo de Integração Educacional, acordo firmado entre os países do Bloco Econômico Mercosul.

A UNILA é uma instituição pública que visa atender a essa política de integração regional entre os povos latino-americanos. No segundo semestre de 2017, essa instituição de ensino superior realizou uma série de audiências públicas com a participação de agentes internos e externos a ela. Para início e preparação do primeiro evento, ela aplicou um questionário dirigido a todos os discentes (5605) no período de 10 a 18 de agosto de 2017. Retornaram 1143 questionários para levantar dados para a temática *Evasão e Retenção*. Vale considerar, no contexto desta pesquisa, que, dos 1143 estudantes que entregaram preenchido o formulário da pesquisa, 714 não residem com a família, o que significa que 59% se encontram em mobilidade para cursar o ensino superior na Tríplice Fronteira.

Desse modo, onde predominam elementos do neoliberalismo, como é o caso da Tríplice Fronteira, há um agrupamento de transformações que afetam a classe trabalhadora, conduzem à mobilidade de alunos para a formação e, conseqüentemente, imprimem mudanças nos espaços de

formação para o trabalho. A economia de produção flexível para a qual estão se preparando os adolescentes e os jovens em idade escolar,

[...] produz uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 43).

Essa complexidade torna-se bastante visível na fronteira e entre fronteiras. A fronteira passa a ser um espaço de mobilidade ou imobilidade desses diferentes grupos, tanto para o trabalho como para a formação ou a revalidação de estudos.

A revalidação de estudos e a continuidade do Curso de Formação Docente demonstram que, na porosidade fronteiriça, resistência e conformação em relação às políticas neoliberais convivem no mesmo espaço. A resistência se faz pelo trabalho escolar em decorrência de atuações coletivas de um grupo de profissionais inseridos em um determinado contexto institucional, histórico, cultural, político e econômico, e que não se limitam ao processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, ocorre a conformação ao acatar o compromisso de revalidação de estudos. Essa é uma política pensada para esses países a fim de que atendam ao capital neoliberal.

4. A VIVÊNCIA E CONVIVÊNCIA INTEGRACIONISTA NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A UNILA

O conjunto das três cidades, de acordo com os órgãos censitários, comporta mais de meio milhão de habitantes. Essa população convive com uma fronteira construída com base no poder soberano dos Estados Nacionais, sob uma ótica integracionista construída sob a tendência para a redução das barreiras espaciais do capital e a aceleração do processo produtivo.

Na política econômica dos governos progressistas há uma maior tolerância em relação a táticas de inserção internacional que se distanciam do padrão liberal de desenvolvimento global, que adotavam os países desenvolvidos como protagonistas. Priorizam-se, assim, questões relacionadas ao desenvolvimento nacional, como um maior espaço para a manipulação das políticas macroeconômicas e para a implementação de políticas industriais. Privilegia-se um modelo de *desenvolvimento para dentro* na América do Sul – complementando, dessa forma, o antigo modelo de *desenvolvimento para fora*. Esses três países, pelo Mercosul, apresentam como objetivo central o desenvolvimento e a integração regional.

A inserção dessa região no processo de globalização neoliberal implica situá-la no interior do bloco econômico Mercosul, portanto sob a influência de diferentes organismos internacionais e, inclusive, implica um grau expressivo de subordinação à legislação dos países desenvolvidos.

Nesse contexto, é colocada em prática uma série de medidas e, entre elas, encontra-se a criação da UNILA. Trata-se de uma instituição de ensino superior internacional pública sediada na cidade de Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil. Sua sede¹⁰ ainda se encontra em fase de construção, porém ela se apresenta em funcionamento em outros edifícios¹¹ desde 2010, Como a imagem a seguir.



Figura 4 – Cooperação Educacional entre os Países da América Latina e Caribe (Parque Tecnológico de Itaipu – onde se encontram funcionando alguns dos cursos da UNILA). **Fonte:** Acervo próprio. Org. autora, 2017.

O processo seletivo para matricular alunos brasileiros dispõe de 50% das vagas dos cursos ofertados pela UNILA. A seleção é realizada exclusivamente via Sistema de Seleção Unificada – SiSU, com base na nota do último ENEM. As outras 50% das vagas são disponibilizadas para seleção¹² de candidatos portadores de nacionalidade e residência nos países da América Latina e Caribe com os quais o Brasil mantém acordo ou memorando de entendimento na área de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia e cujo idioma oficial seja o espanhol.

A partir do ENEM, ao adotar como processo seletivo o SiSU nas universidades federais, marca com ênfase uma mobilidade humana em nível nacional dos estudantes que saem do ensino médio e buscam cursar uma graduação em universidade pública. Com a UNILA (Figura 4), essa mobilidade humana estudantil dá-se em nível nacional e latino-americano. Todavia, essa universidade traz, em sua filosofia, o deslocamento de estudantes para essa região e prevê a mobilidade estudantil entre os três países. Segundo professores coordenadores e diretores de instituições de ensino médio da Tríplice Fronteira, os profissionais da UNILA realizam a

¹⁰ O Escritório Oscar Niemeyer apresentou à ITAIPU, sem custos, em agosto de 2008, um caderno arquitetônico com os desenhos conceituais do *campus*. A ITAIPU encaminhou esse projeto para as considerações da Comissão de Implantação da UNILA e do Ministério da Educação do Brasil, informando que se dispunha a assumir os custos e a coordenação técnica.

¹¹ Parque Tecnológico Itaipu – PTI, Jardim Universitário e Unidade Administrativa – Vila A.

¹² O processo de seleção fundamenta-se, no que couber, nos critérios e nos requisitos exigidos pela Lei Federal nº 12.711/2012, pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Resolução COSUEN ad referendum nº 003/2015.

divulgação do processo seletivo e dos cursos por ela ofertados, o que é feito mediante visitas às instituições de ensino médio nas três cidades fronteiriças, Puerto Iguazú, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu.

Evidencia-se, na pesquisa quantitativa, que cerca de 60% dos alunos investigados apontaram que gostariam de estudar em país diferente daquele em que moram. Ao serem indagadas a respeito, tanto a professora de Geografia de Puerto Iguazú, quanto a professora de Antropologia Social de Ciudad del Este, ambas de instituições privadas da educação básica, apontam a UNILA como a motivação para esse índice de proposições: *“Ellos se dan cuenta [...] que hay mayor teto en la educación internacional”* (Professora de Antropologia Social - Ciudad del Este, out. 2016); *“Acá en la Triple Frontera soy muy atrayente, están tan cerca de la UNILA. [...] Esta cercanía de tener estudio superior es algo que nosotros alumnos quieran intentar a ir estudiar en otro lugar”* (Profesora de Geografía – Puerto Iguazú, out. 2016).

A professora de Geografia da Argentina, inclusive, responde com a imagem da UNILA à pergunta: *“O que você materializaria pela fotografia, que pudesse representar a mobilidade do aluno do ensino médio na Tríplice Fronteira?”*. Ela justificou a sua escolha por essa materialidade fotográfica, pois, segundo ela, os alunos de Puerto Iguazú, ao concluírem a modalidade do ensino médio, para cursar o ensino superior em universidade pública da Argentina, precisam se deslocar para a capital da Província de Misiones, Posadas, a cerca de 300 km; ou à Resistência, Província del Chaco, há mais de 600 km; ou, então, para Buenos Aires, capital, a mais de 1200 km. Enquanto a UNILA, que apresenta a mesma oportunidade, se encontra a 25 km da cidade em que residem.

A inserção dessa região no processo de globalização neoliberal implica situá-la no interior do bloco econômico Mercosul, portanto sob a influência de diferentes organismos internacionais e, inclusive, implica um grau expressivo de subordinação à legislação dos países desenvolvidos. Considera-se, nesse contexto de discussão, que a UNILA seria uma ação do Estado por meio de políticas públicas que visa o desenvolvimento regional, mas também, de forma indireta, objetiva conter o fluxo de migrantes aos países desenvolvidos, fazendo com que os habitantes da América Latina e Caribe permaneçam em seus países de origem, em especial pelo acesso a trabalho qualificado em relação da educação em grau superior.

Ao evitar a mobilidade do trabalho aos países desenvolvidos, as empresas multinacionais, ao disporem de força de trabalho habilitada no local, apresentam possibilidade de maior lucro, considerando-se que a força de trabalho na América Latina apresenta menos direitos trabalhistas e menor remuneração salarial que na Europa e nos Estados Unidos. Dessa maneira, o discurso e a ação fazem parte do domínio do poder exercido no território pelo Estado, e exercem sua força sobre os cidadãos transfronteiriços da Tríplice Fronteira.

A UNILA, sob a ótica do desenvolvimento regional, pode se apresentar como uma possibilidade de agregar valor aos produtos internos desses países à medida que vão surgindo novos empreendimentos ao capital a partir do conhecimento científico produzido no interior dessa instituição.

Entende-se, dessa maneira, que o papel da UNILA, sob essas duas análises – controle do fluxo migratório e desenvolvimento regional –, se encontra sob o poder do Estado e este vinculado ao poder hegemônico das grandes corporações em favor da política de acumulação capitalista que tem transformado o trabalho, a educação e o trabalhador em *mero objeto* a seu serviço. Nesse sentido, o “[...] Estado é essencialmente todo um remanejamento, utilitário e calculista, de todas as liturgias que são próprias ao exercício do poder” (FOUCAULT, 2009, p. 17).

Duas fotografias (Figura 5) fornecidas como foto-resposta, por professoras do ensino médio como resposta à questão da mobilidade do aluno da educação secundária, na Tríplice Fronteira, indicaram a Faculdade de Medicina em Ciudad de Este e a Faculdade de Medicina na UNILA. Quanto a essas instituições, de acordo com integrante do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu – CODEFOZ, para essa região se mobilizaram mais de seis mil alunos. Eles buscam cursar a graduação. Trata-se, segundo ele, de um fenômeno recente. Destaca a UNILA como um centro atrativo de estudantes latino-americanos e caribenhos e as Faculdades de Medicina no Paraguai como ponto de atração a estudantes brasileiros. Assim, evidencia-se: “As leis coercivas da competição forçam todos nós, em diferentes níveis, a obedecer às regras desse sistema cruel e insensível” (HARVEY, 2011, p. 58).



Figura 5 – Mobilidade de Alunos de Graduação para a Tríplice Fronteira (a: Faculdade de Medicina em Ciudad del Este/PY. b: Faculdade de Medicina da UNILA/BR)

Fonte: Foto-resposta. Pesquisa de Campo, out. 2016.

Para entender a mobilidade a essas duas instituições de ensino superior (Figura 5) na atualidade faz-se necessário demarcar a presença do Estado Democrático de Direito na gestão dos governos progressistas no Brasil e na América Latina. Esses países, ao apresentarem na agenda uma

política de desenvolvimento voltada à América Latina, elaboram diretrizes comuns, a exemplo do reconhecimento de cursos em nível médio na área de abrangência do Mercosul.

A pedagoga de um colégio particular de Foz do Iguaçu, para atender aos questionamentos de alunos quanto ao ingresso em universidade do Paraguai em curso de Medicina e outros motivos, relata na entrevista:

Em função disso, e pelo fato do pessoal pensar que em função de se residir em Foz do Iguaçu, temos de saber tudo sobre o Paraguai, visitei quatro instituições de ensino que ofertam curso de Medicina, por curiosidade minha e para atender as pessoas que perguntam. Me deparei com uma realidade que 80 a 90% dos alunos que lá estudam são brasileiros, dos mais diversos lugares do Brasil. Conversei com alunos, professores, direção, vi a matriz curricular dos cursos e, dentro dos meus critérios, uma delas apresenta professores capacitados, uma boa estrutura física [...]. Foi uma experiência interessante e se tem essa realidade pela busca de cursos de Medicina por brasileiros no Paraguai. (Coordenação Pedagógica – Foz do Iguaçu, out. 2016).

Nesse sentido, a política de revalidação de estudos discutida no item anterior garante aos estudantes em nível médio a continuidade dos estudos cursados no país de origem, isto é, ele consegue dar continuidade na série/ano no país de destino, a partir de onde parou no país de sua procedência. Da mesma maneira, acadêmicos da graduação em cursos da UNILA e Universidades e Faculdades de Medicina no Paraguai, o ensino secundário cursado em país diferente permite o ingresso no curso de graduação. Caso o país de origem não faça parte dos acordos estabelecidos nos planos de desenvolvimento do Mercosul, o estudante poderá realizar o processo de revalidação de estudos, garantindo-lhe, da mesma forma, a possibilidade de ingresso no ensino superior em país diferente daquele em que cursou o ensino médio

5. A MOBILIDADE FÍSICA DOS PAIS DOS ESTUDANTES E OS DESAFIOS POSTOS À ESCOLA

A racionalidade econômica global da economia, ao mobilizar capital e trabalho, impõe determinados desafios às sociedades locais. No interior desse processo se encontra a sociedade local paraguaia ao apresentar uma tendência econômica e social de dependência externa nas várias redes de relações ali existentes. Assim, de acordo com Borda (2017, p. 81) “*El rol del Estado en la provisión de los servicios básicos adolece de graves falencias.*” Isso significa que a organização da economia paraguaia e a ausência de políticas públicas sociais se refletem de forma negativa na situação do emprego, da pobreza e da desigualdade social. Esse processo conduz as pessoas a se mobilizarem no espaço em busca de melhores alternativas de vida ao procurarem satisfazer as suas necessidades básicas (emprego, alimento, saúde, educação, entre outros). *A mobilidade forçada centrada na força de trabalho* de pais de alunos do Centro Educacional Sagrada Família para outros países em busca de atividade laboral demonstra a precarização no processo de gestão do

desemprego e das relações entre emprego e proteção social nesse país. Esse fato tem imposto determinados desafios às organizações educacionais, alterando inclusive o seu papel social, visto que o neoliberalismo busca estruturar e organizar a atuação dos governantes e a conduta dos cidadãos.

Dessa forma, falar em política educacional implica considerar que “[...] a mesma se articula ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...], ao referencial normativo global de uma política” (AZEVEDO, 2001, p. 60).

Os países da Tríplice Fronteira passaram a viver, a partir de 1990, um retorno para a dependência, um processo de recolonização da economia. Retornaram a uma dinâmica em que a educação, a saúde pública, a previdência social e outros direitos do conjunto da classe trabalhadora vão sendo transformados em mercadorias insaciáveis por lucro, submetendo *o social ao econômico*. A partir dessa política que subordina o social ao econômico, os problemas educacionais que surgem no interior da escola necessitam ser entendidos, estudados e tratados como questões políticas, como produto da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, como domínio do capital sobre o humano, como desumanização do ser.

Ao ter consciência dessa realidade, faz-se necessário pensar a política educacional na perspectiva de um mundo regido antes pelas decisões dos cidadãos do que pelo regime de economia financeira das grandes corporações mundiais. Diferentemente, no entanto, no interior das instituições de ensino, como, por exemplo, no Centro Educacional Sagrada Família, localizado na Área 3, de Ciudad del Este, evidencia-se um processo educacional tensionado pela articulação global/local/global.

Essa instituição pública de ensino contou com a participação da Itaipu Binacional até o ano de 2006, quando se encerrou o convênio com o MEC/PY. Atualmente esse centro educacional se depara com necessidade de reformas na parte física. Os alunos se encontram mal acomodados, pois não há onde apoiar o material de estudo, além de salas com turmas numerosas, como diz a aluna Alejandra, do 3º ano, migrante de Cuba: "Os alunos ficam '*coladitos*'".

De acordo com o professor Alcides, diretor do ensino médio,

La institución en si fue habilitada hasta treinta y ocho años, en un convenio entre el Ministerio de Educación y Cultura e Itaipu Binacional. En el inicio era solamente para los hijos de los funcionarios de la Itaipu. Hasta 2006, donde Itaipu se desconectó totalmente de la responsabilidad. (Diretor - Ciudad del Este, out. 2016).

A instituição, sob jurisdição do Ministério de Educação do Paraguai, com dependência administrativa nacional, é, nesse caso, um colégio público que atende filhos de moradores locais,

mas, além desses matriculados, há também estudantes de nacionalidade brasileira, argentina e cubana.

Na área da luta contra a pobreza observa-se ausência de estratégia e de política pública para combatê-la. A expansão do cultivo de soja e da pecuária e a falta de oportunidades de trabalho geraram forte fluxo migratório, tanto interno quanto externo. Essa *mobilidade forçada* tem conduzido a ocupações de terras rurais e urbanas e a externa tem impulsionado a *mobilidade forçada centrada na força de trabalho* para outros países da América Latina e da Europa. Para Lefebvre (2006, p. 263), “Do espaço atual, resultante do histórico, pode-se dizer que ele é socializante (pela multiplicidade de redes) mais que socializado [...]”.

Essa variável inserida no espaço, a mobilidade humana dos pais dos alunos do Centro Educacional Sagrada Família para outros países em busca de trabalho, demonstra a inclinação presente na sociedade atual a uma tendência socializante, ao pôr em relevo realidades econômicas e sociais de dependência externa nas várias redes de relações ali existentes. No Paraguai, o ideal de pleno emprego não encontra suporte nas estruturas econômicas do país. Isso significa a precarização no processo de gestão do desemprego e das relações entre emprego e proteção social. A precarização efetiva produz a mobilidade da força de trabalho, que se desloca para países da América Latina e Europa. Isso demonstra que o espaço paraguaio é pouco socializado ao não prover as suficientes condições sociais para a sua população, conforme mostra os estudos de Borda (2017).

De acordo com Antunes (2000), o trabalho humano é indispensável para a valorização do capital. Dessa forma, o capital se encontra impossibilitado de extingui-lo. Não pode fazê-lo para não acabar com a economia de mercado. Dentro desse universo de relações capitalistas globais, é à classe hegemônica que cabe, por meio do Estado, dar condições mínimas aos trabalhadores, deslocando contingentes deles para outros espaços por sua contribuição com o mercado de consumo. Os trabalhadores em mobilidade, ao serem impossibilitados de levarem seus familiares, enviam dinheiro a eles, fato que contribui com a movimentação do consumo local.

Dentre as maiores preocupações dos profissionais docentes da instituição de ensino Sagrada Família estão os alunos com pouca atenção familiar ou ao cuidado de terceiros e muitos deles até vivendo sozinhos, isso causado pela mobilidade dos pais em função do trabalho, conforme mostra o Gráfico 2 da Figura 6.

A pesquisa de campo efetuada junto aos estudantes revela, de acordo com a Figura 6, no Gráfico 1, que a mobilidade de alunos entre fronteiras internacionais se apresenta com índice baixo, de apenas 5%, no entanto a mobilidade para o trabalho alcança o índice de 40% (Gráfico 2).

Pesquisa realizada pela DGEEC em 2008 apontou, aproximadamente, meio milhão de paraguaios e de paraguayas migrantes no mundo. A Espanha se destacava como o segundo maior contingente de paraguaios, perdendo apenas para a Argentina e ultrapassa o Brasil.

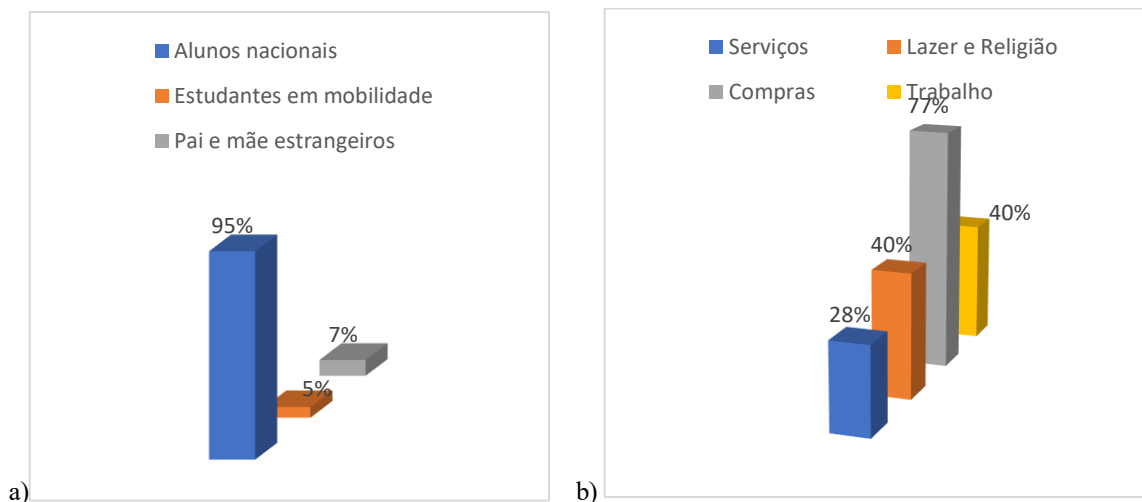


Figura 6 – A Mobilidade no Centro Educacional Sagrada Família (a: migrantes e nacionais; b: Mobilidade para diversas atividades).

Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2016. Org. Autora, 2017.

O diretor do Centro Educacional Sagrada Família assim se posiciona a esse respeito:

En Paraguay, hasta varios años la gente ya migran a otros países por la parte laboral. Hasta diez, quince años era para la Argentina, luego como la economía argentina decayó van a la Francia. Y por último España. Tenemos un gran porcentaje de alumnos que vive por un familiar cercado. Tenemos alumnos de la enseñanza media que vive solo. Eso es uno de los factores que complican el ‘desarrollo educativo. (Diretor – Ciudad del Este, out. 2016).

De acordo com dados publicados por *Encuesta Nacional de Inmigrantes* (ENI), a Espanha registrou, em 2016, um saldo migratório positivo de 89.126 pessoas. A imigração aumentou em 21,9%. Desses, 7.229 eram de nacionalidade paraguaia. Os paraguaios, ao migrarem como trabalhadores, passam a estar sujeitos à legislação para estrangeiros, burocratização, custos, tempo de permanência, instabilidade no trabalho, entre outros fatores. A insegurança promovida por essas medidas motiva os trabalhadores paraguaios a deixarem seus filhos aos cuidados de outros familiares, ou até mesmo de terceiros. Isso, de certa maneira, causa embate, altera as relações que existiam no lugar e cria outras concepções de relacionamento.

No espaço em que o capital se instala, ali maior é a pré-disposição para a mobilidade da força de trabalho. Na Comunidade Primeiro de Maio, na Argentina, onde se localiza o Complexo Educacional “Don José Taratuty”, a mobilidade para o trabalho em outro país apresenta um índice de 15%, enquanto no Centro Educacional Sagrada Família é de 40% (Figura 37), ou seja, 25% de diferença a mais.

Esse índice revela as mudanças ligadas ao processo de reestruturação produtiva em Ciudad del Este e em todo o departamento de Alto Paraná/PY pela mobilidade do capital para esse espaço. Essa mobilidade de capital conduz à mobilidade da população. Quanto a essa mobilidade de parte da população local, Gaudemar afirma: “*Circulação das forças de trabalho: é o momento da*

submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 194, grifos do autor). O/a trabalhador/a paraguaio/a pertencente a esta localidade, se encontra instigado/a para a mobilização, o que ocorre, em grande medida, pela ausência de perspectiva de inserção no mercado de trabalho local.

A superexploração do trabalho, atrelada à flexibilização laboral, retira qualquer segurança do/a trabalhador/a, rebaixa os salários, mobiliza-os no espaço e instaura uma profunda instabilidade no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, nas instituições de ensino, os processos educativos e formativos, de acordo com Frigotto (2013, p. 14):

[...] passam por uma ressignificação no campo das concepções e políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade [...].

A informação de Frigotto, associada ao relato da professora de Ciências Sociais do Centro Educacional Sagrada Família, a seguir, sinaliza os desafios educacionais impostos à comunidade escolar.

Yo trabajo para que los alumnos sean activos, entonces cuando hablamos de la moral del comportamiento y de las relaciones con la familia percibimos que los alumnos que viven con sus abuelos o personas extrañas son muy perjudicados. No quieren estudiar, se sienten abandonados por los padres que trabajan en otros países e intentan compensar de forma material el vacío que dejan en los hijos. (Professora de Ciências Sociais – Ciudad del Este, out. 2016).

Diante da preocupação da professora com a ausência dos pais, fator que ela considera refletir negativamente no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na instituição, uma vez que os alunos demonstram desinteresse pelo estudo e trazem consigo uma sensação de abandono por parte dos pais.

Ao relacionar a fala de Frigotto ao relato da professora, questiona-se a causa estrutural que conduz ao desinteresse do aluno pelo estudo. Seria somente o “abandono” praticado pelos pais ou o abandono do Estado, que deveria ser o responsável por garantir a cidadania dos familiares e dos próprios alunos?

Diante de tal situação, considera-se o que afirma Claval (2014, p. 40): “O espaço do domicílio é fundamental para o equilíbrio psicológico do indivíduo”. O ser humano, como um conjunto biopsicossocial, encontra-se a todo momento em busca por satisfazer suas necessidades, num processo de convivência com outros indivíduos e com o espaço num esforço pela sua humanização.

Se, no entanto, o indivíduo passa a ser privado da convivência do núcleo familiar que lhe dá sustentação psicológica, afetiva, de convívio social para desenvolver valores e princípios e ao ser privado do processo de reprodução social, que se dá por meio do trabalho e da educação, esse

sujeito passa a viver a ausência de sentido para a vida. Ele se encontra privado de produzir sua própria história, de viver sua humanidade no sentido de pertencer ao gênero humano, de ser gente. Vivencia-se um processo de desumanização do ser, como já se relatou anteriormente.

As obras das edificações do estabelecimento de ensino onde funciona o Centro Educacional Sagrada Família – ver sala de aula da Figura 5 – ocorreram concomitantemente ao início das obras da Usina Hidroelétrica Binacional de Itaipu. Nesse período, as relações sociais eram desenvolvidas no convívio familiar, na prática religiosa, na escola e na rua próxima de casa. Era nesses momentos de convívio que o ser humano se via no outro e via o outro em si, e, portanto, assim ele aprendia a conviver, convivendo nesses lugares. Atualmente, porém, a rua é marcada pela violência e o convívio familiar é marcado pela ausência. A participação na prática da fé deu lugar à mídia. Então, à criança e ao adolescente, como seres de relações sociais, cabe-lhes buscar relações nas redes virtuais, e a escola passou a ser um dos poucos lugares a proporcionar – ou que deveria proporcionar – a dinâmica de convivência social na relação face a face.

Para Arroyo (2011, p. 126), “Os corpos dos alunos revelam muito mais do que indisciplina, revelam os enigmas de suas existências”. Na sociedade de consumo, pais e filhos se afastam no convívio familiar, o que ocorre pelas diferentes demandas presentes no interior das moradias. Assim, visualiza-se que não há espaço para o aluno centrar a sua atenção no estudo enquanto seu pensamento se encontra ocupado com as questões familiares. Primeiro o aluno se interessa por aquilo que precisa ser resolvido na vida da família e no seu desenvolvimento enquanto ser de convivência social. Já o estudo vem em segundo plano.

Observa-se, na imagem (Figura 7), um processo de convivência, de proximidade e de certa liberdade, onde os alunos parecem estar à vontade, num contexto de convivência de relações sociais num processo face a face. Não aparenta existir ali uma disciplina rígida, com alunos enfileirados olhando a nuca do colega à sua frente.

Diferentemente, o valor da imagem (Figura 7), como foto-resposta, encontra-se no que ela representa e deixa de apresentar no sistema social e econômico vigente – o que se espera ver em uma sala de aula – e, nesse caso, evidencia-se que a escola tem que ensinar o conhecimento acumulado pela humanidade, mas também se vê na eminência de dividir o seu tempo e espaço para proporcionar a esses cidadãos a convivência social na relação face a face, uma relação que não tem ocorrido nas famílias pela ausência dos pais. Assim, a professora materializa a mobilidade forçada dos trabalhadores que são pais de alunos desse Centro Educacional pela imagem da sala de aula que segundo a autora da imagem, a ausência dos pais tem impactado o trabalho pedagógico da instituição pela indisposição para o estudo e pela sensação de abandono que recai sobre os alunos, filhos de trabalhadores que se encontram em países distantes.



Figura 7 – O Reflexo na Sala de Aula da Mobilidade dos Pais (a mobilidade na escola – Professora de Ciências Sociais)

Fonte: Foto-resposta, pesquisa de campo, out. 2016.

Dada essa representação, ela pode ser observada em qualquer outra sala de aula da Tríplice Fronteira. Trata-se de uma realidade registrada ao longo do cotidiano letivo, não apenas restrita a lapsos esporádicos de recreio e de dinâmicas desenvolvidas durante as aulas. Ali, no entanto, ela se diferencia, pela sua representatividade, a ausência física dos pais, que se encontram trabalhando em países distantes. Questiona-se: A ausência dos pais estaria vinculada apenas à noção de distância entre países?

Concebe-se, então, que a globalização se manifesta no lugar por meio da História e da Geografia vivida pelos estudantes e por seus pais. A realidade existencial desses alunos e familiares, passa a fazer parte da realidade vivida no processo educativo desse colégio. Evidencia-se, neste debate, que a educação se constitui num exercício social. Trata-se de um procedimento histórico inacabado. Ao emergir da dialética entre homem, mundo, história e circunstâncias, a educação está em toda parte, em cada momento de vivência, de reflexão e de percepção. Esse decurso “[...] é a própria história, o movimento, a luta entre contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade” (SANTOS, 2008, p. 104).

Nesse sentido, o conhecimento trabalhado pela escola necessário à educação nela desenvolvida, de acordo com Freire (1983, p. 27): “Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato”.

Essa afirmação de Freire talvez seja o maior desafio da escola, ou seja, focar sua atenção nas brechas existentes no sistema educacional da política curricular do Estado e, a partir daí, traçar alternativas possíveis para essa reflexão crítica acerca da estrutura social em que a escola se encontra envolta.

Dessa maneira, a instituição de ensino, em seu fazer pedagógico, poderia inserir, como fundamento, a história de vida de seus participantes e o seu contexto vivencial para o processo de

construção do conhecimento. Essa condição parece ser necessária para lutar contra o processo de alienação do trabalho ao capital pela educação.

Desse modo, o conhecimento científico deve ser o centro da tomada de decisões para o trabalho metodológico da escola, tendo como ponto de partida e como ponto de chegada a análise da realidade do lugar e suas inter-relações globais. Aproximar os alunos dos conhecimentos científicos universais pela análise de suas experiências vividas tornaria possível que a escola pudesse contribuir na luta contra a alienação do trabalho ao capital, pois, de acordo com Marx e Engels (1999, p. 37), “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.

Nesse contexto, “Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 2005, p. 158).

Então, sob esse aspecto, o lugar escola onde a educação é desenvolvida deveria atender ao sujeito do/no lugar para que ele possa conviver em seu espaço, e não servir ao mercado para que este continue seu processo de acumulação, pela alienação do sujeito.

Para Almada (2012, p. 136),

La educación es un derecho y no una mercancía. Tenemos que exigir que la educación sea excluida de los acuerdos multilaterales de comercio. Tenemos que revisar el régimen de las escuelas, colegios y universidades privadas para que acompañen el proceso democrático, es decir, que las instituciones educativas estén al servicio del pueblo y no de las empresas multinacionales como preconizan el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo.

Em uma sociedade que se diz em processo democrático, como a dos países da Tríplice Fronteira, o que se requer é uma educação voltada ao cidadão, fundamentada essencialmente nos direitos humanos e no trabalho como princípio educativo. Essas duas categorias (educação e trabalho), que fazem parte da vivência do aluno, poderiam dar materialidade ao pensamento de forma a fazê-los transformar sua realidade pela compreensão de sua própria atuação e de sua família no espaço.

De acordo com Martins e Kroling (2006, p. 143), “[...] os Direitos Humanos Fundamentais não são apenas uma criação legislativa, mas uma criação de toda a sociedade no seu contexto histórico e cultural [...]”.

Compreende-se que o Estado democrático de direito, como determina a Constituição de cada um desses países, consiste em “[...] um Estado onde a função das pessoas, e não apenas de suas instituições, sejam supremas, onde a dignidade dos indivíduos e dos grupos que se inserem sejam preservadas de forma integral” (PATARRA; SILVA; GUEDES, 2004, p. 251). A base

fundamental do trabalho como princípio educativo se pauta em desenvolver, em cada indivíduo, a capacidade de saber pensar e de dirigir-se na vida.

Diante disso, segundo Mészáros (2008), a variedade sociopolítica das reformas implantadas no Estado, entre elas na educação, tenta desviar a atenção das determinações sistêmicas para debates aleatórios sobre efeitos específicos dessa reforma, enquanto se deixa a sua base causal incontestável e omissa. Quanto a isso, o autor se refere a dois conceitos que devem ser colocados em primeiro plano, quais sejam, a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora.

Assim, de acordo com Gonzáles (2006), no interior dos limites da sociedade capitalista torna-se difícil uma prática educacional que ensine a desvendar e a retirar os inúmeros processos de alienação humana. Isso consiste em processos centrados no trabalho alienado e a eliminar, de forma educada, a desigualdade social arraigada na apropriação privada da riqueza, que foi socialmente produzida.

O retrato dessa escola, que representa a realidade de outras da Tríplice Fronteira, um retrato que não pode ser materializado por uma imagem, revela a plenitude invisível do espaço político-econômico global no lugar. Esse lugar, enquanto ambiente social, se apresenta como um espaço não socializado, nele não há a possibilidade de sobrevivência para os que vendem sua força de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira geopolítica aufere significado ao definir quem pode ou não entrar no território nacional. A possibilidade de adentrar ou não o território nacional se dá em função da flexibilização do processo produtivo em nível mundial, pois a força de trabalho pode ser deslocada de acordo com as necessidades e devolvida à origem, sem conflitos nem despesas.

A política de revalidação de estudos facilita a entrada de alunos do ensino médio em cursos de universidades nos países vizinhos. Trata-se de políticas públicas de Estado Democrático de Direito em contraste com o passado de ditaduras militares que atenderam apenas às elites desses países e submeteram à exclusão parcelas da população negra e indígena ali existentes. As políticas públicas de acesso às universidades e ao mercado de trabalho buscam equiparar as condições de competitividade entre os diferentes grupos sociais, embora, ainda estejam distantes de ser alcançadas em sua plenitude.

Com as relações que se estabelecem no interior da escola e fora dela, com mais ou menos resistência por parte dos profissionais da educação, o público escolar é moldado pela proposta curricular do Estado. E, quando no discurso educacional se encontra a expressão *preparar o*

cidadão empreendedor, ela pode significar prepará-lo para o trabalho na informalidade ou a empreender o consumo. Assim, as instituições de ensino localizadas na Tríplice Fronteira se encontram diante de um paradoxo: por se apresentarem como espaço contraditório de desenvolvimento humano e de submissão ao capital. Trata-se de uma política que vivifica uma configuração de dominação e de sujeição do território e de seus cidadãos.

Isso revela a falta de controle de suas instituições quanto aos fluxos externos e à pressão interna e externa da classe hegemônica. Os fluxos de pessoas para outros lugares de modo a ter acesso ao trabalho indicam a existência de outras redes. Ciudad del Este passa a ser entendida como um nó de uma rede de relações capitalistas, um lugar de conexão, de poder e de referência, ligado a outros lugares de poder ainda mais intenso.

Desse modo, o lugar possibilita pensar o processo de mundialização, mas também o processo de construção social que ocorre no local. As experiências no interior das instituições de ensino trazem marcas de coações e revelam as pressões que se exercem em diversas esferas sobre o cidadão, que vai sendo moldado em função do sistema produtivo, de acordo com o sistema capitalista, com o aval do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. **Cálculo do tamanho de amostras**: proporções. Universidade de Brasília, Brasília UNB – 28/maio/2012. Disponível em: <http://pedrounb.blogspot.com.br/2012/05/calculo-do-tamanho-de-amostras.html>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- ALMADA, M. **Paraguay**: Educación y dependencia [en línea]. 1. ed. Asunción: En Memoria Académica. 2012. 204p.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Comp.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 34-48.
- ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 405p.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 79p.
- BILHALVA, D. **Cálculo amostral**. Disponível em: <https://sites.google.com/a/mrexcel.com.br/mrexcel/home/dashboards/calculoamostral>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- BOAL, A. **Teatro do oprimido** e outras poéticas políticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 230p.
- BORDA, D. **Crecimiento, inclusión social y gasto público**. 1. ed. Asunción: CADEP, 2009. 83p.
- BORON, A. El nuevo orden imperial y cómo desmontarlo. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Comp.). **Resistencias mundiales**: de Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-62.

- BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução: Lucy Magalhães. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 156p.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 320p.
- CLAVAL, P. **Terra dos homens: a geografia**. Trad. Domitila Madureira. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 144p.
- FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos**. Tradução, transcrição e notas de Nildo Avelino. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009. 376p.
- FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflitos. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 25-54.
- FREIRE, P. **Conscientização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1983. 53p.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. 1. ed. Lisboa: Estampa. 1977. 132p.
- GONZÁLES, J. L. C. Sobre a educação para além do capital. In: ALVES, G.; BATISTA, R. L. (Org.). **Trabalho e educação contradições do capitalismo global**. Maringá: Práxis, 2006. p. 115-145.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 238p.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006. 453p.
- MACHADO, L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 15-64.
- MARTINS, M. R. S.; KROLING, A. O papel das políticas públicas na efetividade dos direitos humanos fundamentais de 2ª dimensão. **Depoimentos: Revista de Direito das Faculdades de Vitória, Vitória**, n. 10, p. 143-170, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MERCOSUL. **Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul: 2011- 2015**. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/component/jdownloads/finish /7/413.html>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 78p.
- NEVES, J. M. M. Mercosul e reforma do Estado: implicações nas políticas públicas. **Katalysis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 118-125, 2003.

PARAGUAY. **Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos de la Secretaría Técnica de Planificación de la Presidencia de la República** – DGEEC, órgão paraguaio vinculado ao serviço estatístico de pesquisa e censos da Secretaria de Planejamento, vinculada à Presidência da República. 2017 – 2018. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/a57f-Resultados%20Anuales%20Departamentales%202017-2018.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PARAGUAY. **Encuesta Nacional de Inmigrantes**. Disponível em: <http://www.ine.es/prensa/np980.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

PARANÁ. Colégio Estadual Barão do Rio Branco. **Projeto político-pedagógico**. Foz do Iguaçu, 2011.

PARANÁ. **Proposta pedagógica curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental**, em nível médio, na modalidade normal. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de educação. Departamento de Educação Profissional. Curitiba, PR: SEED, 2006.

PARLAMENTO EUROPEU. Conselho da União Europeia. **Diretiva 2008/115/CE**, 16 dez. 2008. Normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular. Jornal Oficial da União Europeia, 24.12.2008. Disponível em: <http://diretorio.fgv.br>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PATARRA, N. L.; SILVA A. F.; GUEDES, M. C. Direitos humanos: ideias, conceitos e indicadores. **Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 249-255, 2004.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. 2004. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, M. M. **A espacialidade das mobilidades urbanas: um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005. 135p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. 136p.

SILVA, L. L. **A terceirização e a precarização nas relações de trabalho: a atuação do juiz na garantia da efetivação dos direitos fundamentais nas relações assimétricas de poder**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2015. 168p.

UNILA. **Relatório Sintético Evasão (18-08-2017) (2)** pdf. Disponível em: www.unila.edu.br. Acesso em: 17 set. 2017.

VIEIRA, J. C. As experiências de integração da ALALC e ALADI. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 27-56, 2015.

Trabalho enviado em 12/02/2020
Trabalho aceito em 11/08/2020